

Posição da Coomcat frente a licitação da gestão dos resíduos em Santa Cruz do Sul e o impasse com a Prefeitura Municipal

• A Cooperativa de Catadores e Recicladores de Santa Cruz do Sul - Coomcat reafirma sua posição contrária ao projeto da atual administração, que pretende licitar a coleta seletiva de resíduos recicláveis em 20 bairros no município, dessa forma, não entende que a discussão está encerrada e esclarece que a manifestação formal da cooperativa, mencionada pela prefeitura no último encontro com a imprensa, foi apenas a resposta a um ofício enviado pela prefeitura, onde a cooperativa confirmou que aceita receber os materiais recicláveis que serão recolhidos nos 20 bairros incorporados ao sistema de coleta, caso este seja privado.

• Referente as críticas em relação a atuação da Coomcat, a cooperativa esclarece que o atual governo vem mostrando um profundo desconhecimento do que de fato é o trabalho realizado pelos catadores/as da Coomcat, mesmo havendo dentro do atual governo gestores com formação técnica na área dos resíduos. Dessa forma cabe explicar que o sistema de coleta seletiva solidária não é um simples sistema de recolhimento, mas é também um sistema de reciclagem e logística reversa realizado no município por uma cooperativa de economia solidária administrada por mais de 50 profissionais catadores/as e reconhecida no país por esse trabalho.

• Referente aos números apresentados pela prefeitura, correspondentes ao ano de 2021, ano em que o município e o país viviam os impactos negativos de uma pandemia na economia, a Coomcat afirma que o índice de 12% de reciclagem da cooperativa corresponde, apenas aos 15 bairros atendidos pela Coomcat, ou seja esse índice não corresponde a 100% do município, e é preciso considerar que o índice de reciclagem no Brasil é de 3% apenas, e Santa Cruz do Sul está em 11º lugar no RS ocupando uma posição de destaque, conforme mostra o índice de sustentabilidade e limpeza urbana, estudo realizado pelo sindicato nacional das empresas de limpeza urbana.

• A Coomcat tem como objetivo principal fazer com que a população de Santa Cruz do Sul que sempre respeitou e reconheceu o trabalho dos catadores/as entenda que a gestão dos resíduos é mais complexa do que vem sendo retratado pelo atual governo, dessa forma cabe apresentar alguns pontos determinantes para que os índices de reciclagem da cooperativa não consigam evoluir de forma simples. A Coomcat esclarece que hoje dentro dos 15 bairros atendidos:

• O Programa Municipal de Coleta Seletiva Solidária realizado pela Coomcat é forçado a disputar os recicláveis com muitos sucateiros que coletam, sem as devidas licenças ambientais e de operação para a execução desse serviço. Isso acontece, pois a Prefeitura Municipal não possui fiscais suficientes para fiscalizar e coibir a coleta e circulação desses veículos.

• O Programa disputa com a tecnologia de contêineres verdes, em tese para depósito de resíduos orgânicos, localizados nos bairros. Essa tecnologia confunde os moradores fazendo com que grande parte dos resíduos recicláveis gerados sejam descartados de forma incorreta nos contêineres verdes.

• Falta de investimento e de recursos do município para trabalhar a educação ambiental permanente em parceria com a cooperativa nos 15 bairros. Toda e qualquer ação de educação ambiental voltada ao sistema de coleta seletiva solidária 15 bairros é realizada apenas pela Coomcat, que dispõe inclusive de recursos próprios para a execução das mesmas, sem a parceria do município, nem de forma presencial nas ações organizadas pela cooperativa, mesmo sendo convidado.

• O município não divulga o programa municipal de coleta seletiva solidária, somente quando solicitado pela cooperativa, assim como ter um espaço no site do município mostrando o itinerário de recolhimento do programa, ambas as situações só aconteceram, pois a cooperativa precisou ser incisiva e insistente, e também isso não ocorreu através da secretaria de meio ambiente, que em

uma reunião com a cooperativa mencionou que a divulgação nas mídias digitais não era importante.

• Referente aos comparativos de custos por tonelada do modelo proposto pelo governo que será licitado coleta seletiva X coleta seletiva solidária realizada pela Coomcat a cooperativa explica: O custo médio de tonelada apresentado pela prefeitura da Coomcat é de R\$ 1.278,23, porém a prefeitura não explica que dentro desse custo compreendem 5 processos de trabalho realizados pela Coomcat dentre eles: 1º Processo de coleta do resíduo; 2º Processo de descarga do resíduo; 3º processo de triagem e separação do resíduo, (um dos mais difíceis de serem realizados, já que os catadores/as colocam a mão no "lixo" e fazem a separação por tipo); 4º processo de prensagem transformando o resíduo em um fardo que será encaminhado a indústria; 5º processo de carregamento e transporte a indústria. Isso se chama RECICLAGEM É LOGÍSTICA REVERSA.

• O custo médio apresentado pela prefeitura do projeto de Coleta Seletiva que será licitado e atenderá 20 bairros é de R\$ 215,91, mas o que a prefeitura não explica é que esse valor será somente pela coleta do resíduo e nem um outro processo além desse irá acontecer, ou seja, será realizado a limpeza nesses bairros, mas não a reciclagem. A prefeitura menciona, também que a Coomcat receberá os resíduos dos 20 bairros, e que esse valor dos materiais será suficiente para a cooperativa, porém desconsidera 4 processos de trabalho, essenciais a reciclagem, que os catadores/as já fazem, inclusive processos de trabalho complexos e difíceis.

• Ou seja, a Coomcat irá sim regredir, os catadores/as deixarão de ser pagos por esses processos e esse material será doação. Cabe, inclusive o questionamento individual de que será que algum gestor público aceitaria não ser pago pelo trabalho que desempenha e aceitaria receber uma doação que iria depender, inclusive, de uma outra empresa?

• No que diz respeito as condições da Usina Municipal de resíduos que a Coomcat é contratada pelo município para realizar a gestão, operação, triagem e transbordo de 91 toneladas/dia de resíduos, cabe informar à população de Santa Cruz do Sul que:

• Nestes mais de 11 anos de operação da Coomcat, na Usina, mais de 280 mil reais foram investidos na melhoria da infraestrutura e R\$ 60 mil para regularizar o pavilhão, dentro da Usina, que abrigaria uma nova linha de triagem oferecendo condições adequadas de trabalho aos catadores/as e a inclusão de mais trabalhadores. Todos esses investimentos, além dos veículos, equipamentos como a balança rodoviária municipal foram realizados e disponibilizados à municipalidade pela Coomcat.

• O Ministério público instaurou inquérito civil para apurar as regularidades das instalações da Usina, operada pela Coomcat, notificando como responsável, também, o município de Santa Cruz do Sul que é o proprietário da área. Esse inquérito corre desde o ano de 2006, anterior a gestão da Coomcat, e o município, inclusive, por pressão do MP apresentou o projeto de adequação do espaço, no que se refere, principalmente, a cobertura, pavimentação e drenagem do transbordo da usina, mas acabou justificando com prazos e mais prazos e alegou falta de recursos nunca realizando o projeto e negando-se, inclusive, a firmar um termo de ajustamento de conduta (TAC) para o cumprimento das obrigações de regularização do espaço, juntamente com a Coomcat.

• O município já informou que irá licitar o serviço de transbordo, hoje realizado pela cooperativa, e pretende encerrar as atividades da Usina Municipal, sem ao menos apresentar à população e aos catadores uma análise técnica sobre as reais condições da área, bem como um projeto de recuperação, e nem menciona os investimentos dos catadores/as no local e de seus equipamentos colocados à disposição do município durante todo esse período.

• A cooperativa logo que informada à respeito dos planos de licitar os serviços, ainda no ano de 2021, apresentou, em setembro do mesmo ano, uma proposta de projeto de uma nova linha de reciclagem instalada no pavilhão regularizado pela cooperativa na Usina

Municipal. Que atenderia a totalidade dos resíduos que chegam até o espaço, aumentando assim a reciclagem, o número de postos de trabalho e a economia aos cofres do município em destinação final. Esse mesmo projeto de linha de reciclagem foi instalado na cidade de Viamão e é gerido pela cooperativa COOVIR.

• A proposta, idêntica à do Município de Viamão, apresentada pela Coomcat, que inclusive contém uma contrapartida financeira da cooperativa, não foi considerada pela prefeitura e o atual secretário de meio ambiente, já afirmou que irá licitar o serviço de transbordo e tem uma nova área prevista, em fase de contratação, de uma empresa e de forma emergencial, por seis meses, que realizará apenas o serviço de transbordo do resíduo ao custo para o município de R\$ 125.000,00 mês com estimativa de 2.700 toneladas mês.

• O valor pago à Coomcat, atualmente, pela operação, transbordo e triagem da Usina Municipal é de R\$ 54.229,52, a empresa contratada pelo município custará R\$ 125.000,00 apenas para receber e transbordar o resíduo sem reciclar.

• Diante de todas as tratativas, no que se menciona a continuidade do trabalho e da operação da Usina, pelos catadores/as, a Coomcat esclarece que suas propostas não foram consideradas pela prefeitura e que durante mais de 11 anos houve um sucateamento de toda a Usina Municipal, esquecida pelas administrações que passaram e pela atual administração.

• O governo afirma que se "preocupa" e não pode permitir as condições insalubres em que os catadores/as desenvolvem seu trabalho na Usina municipal, mas não oferece alternativas e nem responde suas propostas desconsiderando novamente a prestação de serviço complexa e essencial, desenvolvida pelos catadores ao município, que operam, triam, separam e reciclam os resíduos que chegam, vindos de toda a cidade.

• Quanto as demais polêmicas envolvendo a Coomcat e o atual governo na figura da prefeita, a Coomcat esclarece que desenvolve um trabalho ético e que prima pela honestidade e pela verdade. As manifestações ocorridas tinham como único objetivo que as propostas dos mais de 50 trabalhadores fossem, primeiramente, ouvidas e construídas em conjunto com que de fato trabalha e conhece a gestão dos resíduos no município a mais de 11 anos, porém isso não aconteceu. Dessa foram os trabalhadores exercendo o seu direito protestaram sim, mas não ofenderam, não interromperam a saída da prefeita da prefeitura, não utilizaram de nenhuma forma de violência, utilizaram o protesto como uma forma de chamar a atenção para o fato de que são trabalhadores que, até então acreditavam que o governo construiria e dialogaria, mas os projetos do governo vieram prontos e as propostas da cooperativa sequer foram respondidas.

• Quanto a manifestação na frente da casa da prefeita, que só ocorreu porque ela não recebeu os catadores na prefeitura, a Coomcat esclarece que nenhuma forma de invasão, coação ou violência foi utilizada, na data haviam muitas mulheres catadoras que são maioria na cooperativa que desejavam somente uma palavra de conforto e uma data de reunião da prefeita, o que não ocorreu novamente. Todas as manifestações pacíficas realizadas pela cooperativa e seus apoiadores, foram registradas e amplamente divulgadas em suas plataformas digitais, na íntegra, para que toda comunidade pudesse acompanhar.

• As mulheres catadoras da Coomcat receberam a prefeita em suas casas durante o período em que ela era candidata e inocentemente acreditaram que poderiam ser recebidas por ela da mesma forma. Essas mulheres catadoras manifestam uma grande tristeza e decepção visto que a prefeita entrou com um processo contra a cooperativa e seus integrantes e essas mulheres, mães, catadoras, trabalhadoras acreditavam, até serem notificadas pela justiça, que a prefeita como uma das poucas mulheres na política seria capaz de agir com sensibilidade e ouvi-las.